

	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE FRONTEIRA - DOF	POP: 009 ESTABELECIDO EM: 2020
	OCORRÊNCIA DE TRÁFICO DE ARMAS E MUNIÇÕES DURANTE BLOQUEIO	REVISADO EM: 04/03/2020 Nº DA REVISÃO: 03
RESPONSÁVEL: Equipe DOF com 4 (quatro) componentes. NÍVEL DE PADRONIZAÇÃO: Geral.		
ATIVIDADES CRÍTICAS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar as condições de segurança do local, principalmente em relação à direção para qual o autor empreendeu fuga (caso tenha ocorrido). 2. Autor homiziado em mata ou local desconhecido. 3. Aproximação da(s) pessoa(s) e/ou veículo(s) a ser(em) abordado(s). 4. Verbalização. 5. Busca pessoal e veicular. 6. Localização da(s) arma(s) e/ou munições. 7. Apreensão da(s) arma(s) e/ou munições. 8. Prisão e condução do(s) criminoso(s). 		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aproximar-se do veículo com cautela, preferencialmente pela retaguarda, evitando a exposição do(s) policial(is), procurando analisar atitudes suspeitas, mantendo uma distância que ao mesmo tempo seja possível emanar as ordens de forma audível e propicie segurança ao(s) policial(is). Caso haja fuga por parte do(s) ocupante(s) do veículo, buscar, primeiramente, certificar-se de que não há mais pessoas em seu interior. 2. Avaliar o número de pessoas e/ou infratores a ser(em) abordado(s). 3. A primeira ordem deverá ser para que o condutor do veículo desligue o motor do mesmo e todos os ocupantes desembarquem. 4. Após o desembarque será realizada busca pessoal no(s) abordado(s), posteriormente no interior do veículo. 5. Tais procedimentos serão realizados conforme preconização do Procedimento Operacional Padrão da PMMS, sendo que os ajustes pertinentes, bem como eventuais flexibilizações serão avaliadas e deliberadas pelo Chefe da Equipe. 6. Vistoriar o perímetro, verificando a existência de alguma substância ou objeto(s) ilícito(s) que possa(m) ter sido dispensado(s) ou homiziados(s) nas imediações. 7. Caso haja fuga por parte do(s) ocupante(s) do veículo abordado o Chefe da equipe avaliará a necessidade de realização de cerco nas imediações a fim de capturar o autor evadido, solicitando, para tanto, apoio de outra(s) equipe(s). Avaliará, também, a necessidade de solicitação de apoio especializado para eventual busca em mata, local de difícil acesso ou que ofereça demasiado risco à segurança da equipe. 8. Será iniciada pelo Chefe da Equipe, ou por outro componente que este determinar, entrevista com o(s) abordado(s). 9. O ilícito apresentar-se-á de três maneiras: 		

<p>a) De maneira visível, ou seja, de forma que seja possível a constatação no exato momento da abordagem;</p> <p>b) Sob outros objetos e/ou cargas. Ex.: produtos contrabandeados ou de descaminho, carga de grãos, transporte de móveis, etc.;</p> <p>c) Escondido em compartimentos secretos do veículo, conhecidos como “adredes” ou “mocós”.</p>
10. Dar voz de prisão ao(s) autor(es).
11. Informar imediatamente a STELECOM que, por sua vez, dará ciência ao Oficial Coordenador de serviço, ao Coordenador de Operações e à Direção do DOF.
12. A condução deverá ser feita preferencialmente no compartimento de presos da viatura, salvo as exceções legais.
13. Caso haja resistência por parte do(s) autor(es), ou mesmo seja avaliada a possibilidade de fuga por parte deste(s), ou de ofensa à integridade física da equipe policial ou de terceiros, aquele(s) será(ão) conduzido(s) algemado(s).
14. Qualificar o(s) infrator(es) envolvido(s) e testemunhas, quando houver.
15. Caso haja a necessidade de apoio para a condução do(s) autor(es), do(s) veículo(s) e do armamento, deverá ser solicitado apoio de outra equipe junto à STELECOM, que providenciará conforme deliberação do Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações. Da mesma forma, caso o Chefe da equipe avalie que haverá riscos à segurança da equipe durante o deslocamento para a delegacia, solicitará apoio de outra equipe, junto à STELECOM, para tal.
16. Se o veículo apreendido apresentar condições de deslocamento, este será conduzido por um integrante da equipe. Não sendo possível, será solicitado apoio do guincho, junto à STELECOM.
17. Na delegacia será procedida uma nova busca pessoal minuciosa no(s) autor(es) e nova busca no interior do veículo. Caso tenha sido constatado no local da abordagem que há armas, munições ou outro(s) ilícito(s) escondidos em compartimentos secretos do veículo, e há a necessidade de desmontagem de peças do mesmo, isto será realizado na delegacia ou outro local seguro
18. Os antecedentes criminais do(s) autor(es) serão verificados junto à STELECOM, assim como a checagem do veículo apreendido, e deverão ser feitos o quanto antes, conforme disponibilidade de comunicação.
19. Confecção de BO SIGO e apresentação da ocorrência à Autoridade Policial.
20. Encerramento da ocorrência junto à STELECOM.

RESULTADOS ESPERADOS
<p>1. Localização e apreensão do armamento, acessórios e/ou munições.</p> <p>2. Identificação e detenção do(s) infrator(es).</p>
AÇÕES CORRETIVAS
<p>1. Se as condições de segurança não forem adequadas para realizar a ação com eficiência e segurança, solicitar apoio.</p> <p>2. Não adentrar em mata fechada, local de difícil acesso ou que ofereça risco à segurança da equipe, o que deve ser feito por policiais especializados para tal. As equipes DOF deverão realizar somente cerco nas imediações e acionar junto a STELECOM o apoio de equipe especializada.</p> <p>3. Adotar sempre as técnicas de Uso Diferenciado da Força, evitando excessos por parte de um ou mais integrantes da equipe policial.</p> <p>4. Contatos prévios com a delegacia competente para o recebimento da ocorrência será feito pela</p>

STELECOM. Eventuais problemas nesse sentido serão resolvidos pelo Oficial Coordenador de serviço ou, na impossibilidade deste, do Coordenador de Operações e/ou Direção do DOF.

5. Em hipótese nenhuma o veículo será conduzido para a delegacia pelo autor.
6. A equipe policial fará os registros fotográficos e filmagens da ocorrência, que deverão obedecer aos padrões já estabelecidos pela ASSECOM.
7. Informações sobre a ocorrência, como dados de qualquer natureza, imagens, vídeos, etc., serão repassados somente para a STELECOM. Esta, por sua vez, repassará ao Oficial Coordenador de Serviço, Coordenador de Operações, ASSECOM e Direção do DOF.
8. Somente a ASSECOM tem autorização para contato com a imprensa e divulgação das ocorrências do Departamento de Operações de Fronteira. Nenhum policial está autorizado a conceder entrevista, ou a divulgar informações sobre ocorrências, salvo se autorizado pela Direção do DOF.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Desobediência à ordem de parada, ensejando um acompanhamento tático por parte da equipe policial.
2. Fuga a pé do(s) indivíduo(s) criminoso(s).
3. Injusta agressão por parte do(s) criminoso(s) contra a equipe policial ou terceiros.
4. Inobservância por parte de um ou mais integrantes da equipe policial das regras de segurança durante a abordagem.
5. Um ou mais policiais adentrarem mata ou local que ofereça riscos à segurança, sem que haja treinamento e equipamento para tal, no intuito de capturar o autor evadido.
6. Policial responsável pela busca pessoal e/ou no veículo fazê-la incorretamente.
7. Deixar de localizar a(s) arma(s) e/ou munições, quando existirem.
8. Local sem sinal para comunicação.
9. Deixar de atentar para o registro fotográfico da ocorrência a fim de suprir à Assessoria de Comunicação e/ou deixar de realizar o registro fotográfico do(s) autor(s) para alimentar os sistemas policiais.

Obs. Os casos em que figurem como autores dos delitos "policiais militares", o Oficial Coordenador de Policiamento deverá ser imediatamente comunicado para que providencie o encaminhamento da ocorrência à Corregedoria da Polícia Militar para lavratura dos atos pertinentes de Polícia Judiciária Militar;

Informar de Imediato a Direção do DOF das medidas tomadas.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

- Constituição Federal do Brasil.
- Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
- Código de Processo Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.
- Decreto Federal n. 8.858/16 e Súmula Vinculante nº 11, STF.
- Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.
- Procedimento Operacional Padrão (POP) – Abordagens Policiais com Fundada Suspeita – PMMS.
- Manual do Operador de Segurança Pública – MS.